

AMMP realiza mais uma entrevista com os candidatos ao cargo de PGJ

Os candidatos ao cargo de Procurador-Geral de Justiça concederam mais uma entrevista à Associação Mineira do Ministério Público (AMMP) sobre questões de interesse da classe. A primeira entrevista com cada um deles foi realizada no dia 8 de outubro e estão em www.ammp.org.br. Cada candidato apresentou sua biografia e plano de gestão, caso eleito. No dia 4 de novembro, debate entre eles, também disponibilizado no site. A eleição será em 11 de novembro. Os candidatos são os procuradores de Justiça Antônio Sérgio Tonet, Gisela Potério Santos Saldanha, Jarbas Soares Júnior e Mauro Flávio Ferreira e Waldemar Antônio de Arimatéia.



PÁGINAS 3, 4, 5 E 6

Cerca de 200 associados celebram o Dia das Crianças

A Associação Mineira do Ministério Público (AMMP) realizou, no dia 22 de outubro, mais uma tradicional festa das crianças. Para animar a meninada, apresentação do mágico, oficina de pinturas, gincana, além dos brinquedos montados no parque esportivo e delícias da mesa.



PÁGINAS 8 E 9

Ministério Público e Magistratura se mobilizam em defesa do sistema de justiça

PÁGINA 7

Pódio do kart ficou com Gustavo Zwetkoff, Igor Peixoto e Odélio Júnior

PÁGINA 16

Eleições para Procurador-Geral de Justiça, momento ímpar na vida institucional

As eleições para o cargo de Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais ocorrerão no dia 11 de novembro, através de votação eletrônica, entre os membros em atividade. Dada a importância do cargo, é essencial que o eleitor conheça e se interesse pela história e proposta dos postulantes. É preciso que a classe avalie quem, de fato, é o mais preparado para tão alta função.

Daí um dos papéis da AMMP no processo eleitoral: facilitar a comunicação entre eleitores e candidatos.

No dia 8 de outubro, a AMMP organizou uma entrevista com cada um dos candidatos, a fim de conhecer sua história, ideias e propostas. O conteúdo se encontra disponível em nosso site e já recebeu mais de 500 visualizações. Fato que, por si só, demonstra o interesse da classe em conhecer as propostas e ideias.

Também enviamos um pequeno questionário com as cinco propostas da AMMP, algumas perguntas gerais, além de um espaço para considerações pessoais, a fim de que possamos conhecer verdadeiramente o pensamento de cada postulante. A íntegra se encontra aqui nas páginas 3, 4, 5 e 6.

Por fim, promovemos um debate, com transmissão ao vivo, na manhã do dia 4 de novembro, ocasião em que nossos colegas respondem às várias perguntas da classe. O conteúdo também estará disponível em nosso site.

Com tais medidas, aliada às visitas feitas pelos candidatos, acreditamos que o eleitor estará apto a escolher quem será o motorneiro dessa essencial Instituição, precursora da ética, do pundonor, valores tão caros à sociedade.

Desde já convidamos os associados para nossa festa de fim de ano, dia 2 de dezembro, no Minas I, ótima oportunidade para reencontrar os amigos, em um ambiente saudável, alegre e recheado de boas comidas e bebidas. Reservem a data.

A Diretoria



ASSOCIAÇÃO MINEIRA
DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Rua Timbiras, 2.928
Barro Preto
30140-062
Belo Horizonte/MG
ammp@ammp.org.br
www.ammp.org.br

O AMMP Notícias é
uma publicação da
Associação Mineira do
Ministério Público

Presidente:

José Silvério
Perdigão de Oliveira

1º vice-presidente:

Enéias Xavier Gomes

2º vice-presidente:

Larissa Rodrigues
Amaral

3º vice-presidente:

Luiz Felipe de
Miranda Cheib

4º vice-presidente:

Fabiano Mendes Cardoso

1º diretor administrativo:

Francisco Chaves
Generoso

2º diretor administrativo:

Fabiano Ferreira Furlan

1º diretor financeiro:

Edson Ribeiro Baeta

2º diretor financeiro:

Eduardo Francisco
Lovato Bianco

Responsáveis pela edição

Jornalista responsável
Ofélia L. P. Bhering
(MG 2.289 JP)

Repórteres

Bárbara Peixoto
(MG 0018414)

Felipe Jávere
(MTB 12046/MG)

Diagramação

Edições Geraes Ltda.

Tiragem

1.000 exemplares

CONFRATERNIZAÇÃO
FIM DE ANO
02.12 2016 22h
MINAS TÊNIS CLUBE
Rua da Bahia, 2244 • Centro • BH

Convites disponíveis na secretaria da AMMP



Candidatos apresentam plano de gestão

A Associação Mineira do Ministério Público (AMMP) realizou aqui mais uma rodada de entrevistas com os candidatos ao cargo de Procurador-Geral de Justiça. Os candidatos - os procuradores de Justiça Antônio Sérgio Tonet, Gisela Potério Santos Saldanha, Jarbas Soares Júnior, Mauro Flávio Ferreira e Waldemar Antônio de Arimatéia - falaram sobre questões de interesse da classe. A primeira entrevista foi em 8 de outubro e está disponível em www.ammp.org.br. Cada candidato apresentou sua biografia e plano de gestão, caso eleito. No dia 4 de novembro, debate entre eles. A eleição será em 11 de novembro. O objetivo da AMMP é participar ativamente desse momento tão importante da democracia interna do MP.



Antônio Sérgio Tonet

Temos grandes desafios, como por exemplo, lutar para a defesa de nossas prerrogativas e autonomia, para que a Instituição continue sendo referência na defesa dos direitos fundamentais do cidadão.



Gisela Potério Santos Saldanha

Acredito que homens e mulheres que constroem o MP querem uma Instituição aberta a possibilidades inovadoras. Essas as razões que justificam uma mulher PGJ.



Jarbas Soares Júnior

Depois de passar pelo CNMP, posso ter a oportunidade honrosa de dirigi-la, novamente, para um novo salto histórico, com o mesmo ânimo, coletivamente.



PEDRO HENRIQUE

Mauro Flávio

Precisamos valorizar os membros, dar-lhes estrutura de trabalho, integrá-los nos processos decisórios e sermos transparentes.



Waldemar Antônio de Arimatéia

O momento exige permanente trabalho voltado para evitar retrocessos institucionais e intransigente defesa dos direitos e das prerrogativas consagrados na Constituição Federal e na legislação orgânica.



ELEIÇÕES PGJ

Sim. Sou favorável. O MPMG é um dos três no cenário nacional que não contemplam essa possibilidade.

Antônio Sérgio Tonet

1 O candidato é a favor de que promotores de Justiça possam concorrer ao cargo de Procurador-Geral de Justiça? Em caso positivo, como o candidato pretende viabilizar a alteração legislativa?

Antônio Sérgio Tonet - Sim. Sou favorável. O MPMG é um dos três no cenário nacional que não contemplam essa possibilidade. Para tanto, vamos enviar um projeto à Assembleia para eliminar a restrição, de modo que o promotor de Justiça possa concorrer ao cargo.

Gisela Portério Santos Saldanha - Sim, porém a iniciativa não pertence só ao PGJ. Será necessário fazer gestões junto à ALMG para a propositura de uma emenda à Constituição do Estado. Depois, enviarei projeto para alterar nossa LC 34.

Jarbas Soares Júnior - Entendo que essa decisão é imperativa para a própria sobrevivência da Instituição, que precisa de lideranças institucionais. Com o atual quadro do MPMG, a grande maioria dos seus membros não ascenderá à Procuradoria de Justiça, ao longo da carreira. O MPMG não pode prescindir de todos os seus quadros. Portanto, sou a favor. A solução, à priori, será a modificação da LOMP – Lei Orgânica do Ministério Público.

Mauro Flávio - Sim. O cargo ocupado não pode ser um óbice. O PGR emitiu parecer favorável na ADI 5171 e a questão parece ser irreversível. Buscaremos as alterações necessárias e recorreremos ao Supremo Tribunal Federal se preciso.

Waldemar Antônio de Arimatéia - Como sabido, em outros estados da Federação, promotores de Justiça podem exercer o cargo de Procurador-Geral de Justiça. Em Minas Gerais, a discussão do tema vem se ampliando, existindo até mesmo expediente em curso na Câmara de Procuradores. Não tenho qualquer dificuldade com isso, sendo necessárias alterações na Constituição Estadual (art. 123, p. 1º) e no art. 5º, p. 1º da nossa Lei 34/94, dentro do processo legislativo previsto.

2 O candidato é a favor de que promotores de Justiça possam concorrer ao cargo de conselheiros junto ao CSMP? Em caso positivo, como o candidato pretende fazê-lo?

Antônio Sérgio Tonet - Essa também é uma reivindicação dos colegas promotores de Justiça. Para tanto, trabalharemos junto às entidades do MP para postular alteração da Lei Orgânica Nacional, que estabelece como privativo do procurador de Justiça o assento no CSMP. A par disso, articularemos junto ao CNMP, para, se possível, providenciar a mudança.

Gisela Portério Santos Saldanha - Para viabilizar, é necessário o trabalho conjunto com a AMMP, pois o óbice para a participação advém da Lei Orgânica Nacional, cuja proposição legislativa para alteração pertence ao Procurador-Geral da República.

Jarbas Soares Júnior - Precisamos refletir melhor e discutir sobre essa medida e questões como, por exemplo, impedimentos e quarentena. Ao meu juízo, se for essa uma decisão do MPMG, o CSMP deverá ter a sua composição paritária entre procuradores e promotores de Justiça. Ou seja, em cadeiras definidas entre uns e outros.

Mauro Flávio - O Conselho Superior do Ministério Público lida, essencialmente, com a carreira do promotor e deve estar próximo a ele. Portanto, é razoável que a classe possa escolher seus representantes. Buscaremos a alteração legal para esse fim.

Waldemar Antônio de Arimatéia - Ora, parece-me quase um corolário da questão anterior, com uma dificuldade maior por conta do art. 14, II, da Lei Federal 8.625/93.

3 Qual é a posição do candidato acerca dos cargos de recrutamento amplo para as funções de assessoramento? O que pretende fazer?

Antônio Sérgio Tonet - Na área do assessor jurídico, pretendemos aprovar legislação que contemple a contratação de assessor comissionado, reduzindo-se o quadro de analistas concursados. E também contratar oficiais e assessores temporários para suprir servidor concursado de férias e licença.

Gisela Portério Santos Saldanha - Sou a favor. A atividade-meio deve servir ao MP, e a função é de estrita confiança. O membro do Ministério Público, ao delegar ao servidor pesquisa sobre questões controvertidas, tem que confiar na eficiência do trabalho apresentado.

Jarbas Soares Júnior - Sou a favor. A Instituição necessita dessa medida para sua própria sobrevivência. Será bom para todos: para o Estado e a sociedade, que dispenderão menos recursos para o fortalecimento do MP; para o MP, que terá melhores condições para a prestação de seus serviços; e para os servidores concursados, que poderão ser mais bem contemplados.

Mauro Flávio - Totalmente favorável, especialmente para a atividade-fim. A medida nos favorecerá tanto no aspecto financeiro como na lida diária do promotor. Apresentaremos PL para atendermos nossas necessidades.

Waldemar Antônio de Arimatéia - Entendo que o recrutamento amplo, para assessoramento, é uma necessidade dos tempos atuais, por conta de razões em série, a começar pelos custos. Após ouvir a classe, se tornou um compromisso de campanha.

Sim, porém a iniciativa não pertence só ao PGJ. Será necessário fazer gestões junto à ALMG para a propositura de uma emenda à Constituição do Estado.

Gisela Portério Santos Saldanha





ELEIÇÕES PGJ

Portanto, sou a favor. A solução, à priori, será a modificação da LOMP – Lei Orgânica do Ministério Público

Jarbas Soares Júnior

4

Como o candidato pretende minorar o entrave na movimentação da carreira? Qual é o planejamento para esse tema?

Antônio Sérgio Tonet - Em 1º lugar, adotando postura transparente na movimentação da carreira. Depois, com publicação periódica, a partir das vagas de BH, de editais correspondentes a cargos vagos em promotorias de entrância especial, 2ª e 1ª, sem prejuízo da instalação de promotorias no interior para equiparação entre os cargos do MP e Magistratura. Além disso, pretendemos instalar alguns cargos na capital para as promotorias temáticas.

Gisela Portério Santos Saldanha - Primeiramente, realizar uma apuração da real situação das promotorias que se encontram atualmente abertas. Depois, verificar quais realmente justificam continuarem sem titulares, mantendo-se o sistema de cooperações para as atividades judiciais. Para o desempenho das atividades extrajudiciais coletivas serão criadas promotorias regionais.

Jarbas Soares Júnior - A carreira no MP vive de fases históricas, como em todas as instituições, ora com retração, ora com grande pujança e renovação. O momento tem sido de retração, pois são poucas as aposentadorias, e a crise impede movimentações mais intensas. Eu não tenho compromissos com os atuais critérios. Quero revê-los. Com critérios objetivos sempre, quero movimentar a carreira, seja com um novo ordenamento da carreira (por exemplo, auxiliares em todas as regionais), seja com a abertura de editais e instalação de novos cargos, cuja necessidade exija. Enfim, a minha obsessão será com a movimentação, sempre com responsabilidade.

Mauro Flávio - Trazer a classe para as decisões por intermédio de representantes regionais para deliberações em rede junto à Chefia de Gabinete, com total transparência das decisões. Publicaremos os editais estrategicamente decididos pela classe, levando em consideração a participação dos membros e

as necessidades regionais. Essa medida trará a possibilidade de planejamento à classe a curto e médio prazo.

Waldemar Antônio de Arimatéia

- Isso que a pergunta nomina entrave não é um fenômeno exclusivo da nossa carreira, mas é hoje comum em várias outras, estaduais e federais. E de diagnóstico simples, já que cargos estão preenchidos. Assim, nesses tempos de arrocho fiscal, sentido também pelo Ministério Público, há pouco espaço para grandes movimentos. Contudo, promotorias auxiliares em regiões metropolitanas ou em cidades que são polos regionais se fazem uma necessidade e podem provocar movimentação.

5

O que o candidato pensa da gratificação por cumulação de função? Como implementá-la?

Antônio Sérgio Tonet - Penso que é uma gratificação justa e que encontra paradigma em outros MPs, inclusive o Federal. Temos que atuar junto ao STF para acelerar o julgamento da Adin que suspende os efeitos de nossa lei que permite esse pagamento.

Gisela Portério Santos Saldanha - Essa gratificação deve compor a política de valorização da atividade desempenhada pelo Promotor de Justiça, permitindo que ocorram as cooperações entre membros da própria comarca.

Sou a favor de sua implementação e tomarei as medidas necessárias para que se torne realidade.

Jarbas Soares Júnior - É importantíssima. Se eleito e nomeado Procurador-Geral de Justiça, proporei ao Poder Legislativo outra nomenclatura: verba de compensação pelo exercício de atividade cumulativa.

Mauro Flávio - Devida em todos os seus termos. Compensação seria o

termo mais adequado, porque impõe mais serviço ao PJ. Precisamos estrategicamente apresentar o PL de forma a não sofreremos um revés na Assembleia Legislativa.

Waldemar Antônio de Arimatéia

- Essa sim, desde que não provoque o indesejado efeito de engessar mais ainda a movimentação na carreira, me parece ser uma solução para esses tempos. Entendo ser necessária inserção em específico e novo projeto de lei.

6

O candidato pretende iniciar o pagamento do auxílio-saúde aos aposentados e pensionistas? Em caso positivo, em qual prazo?

Antônio Sérgio Tonet - Sim, pretendo. Se o orçamento previsto para 2017 for real, é do nosso projeto iniciar o pagamento no começo do ano.

Gisela Portério Santos Saldanha - Me comprometo a manter todo e qualquer direito dos membros aposentados, contando com o trabalho em parceria da nossa associação de classe, envidando esforços no prazo de seis meses.

Jarbas Soares Júnior - Sim. Já está previsto no orçamento de 2018.

Mauro Flávio - É um desejo nosso. Nós aposentados, que dedicamos anos ao MP, precisam e não podemos nos esquecer que amanhã também nos aposentaremos. Nesse momento de crise, seria irresponsável falar em prazo.

Waldemar Antônio de Arimatéia

- Com o orçamento para o ano que vem aprovado, e sem qualquer entrave no fluxo financeiro, o pagamento desse auxílio ocorrerá imediatamente. Registro que a atual administração, da qual fiz parte, já reconheceu esse direito, mas que, entretanto, há inquérito civil em curso cujo objeto é precisamente esse.

Sim. O cargo ocupado não pode ser um óbice. O PGR emitiu parecer favorável na ADI 5171 e a questão parece ser irreversível.

Mauro Flávio



ELEIÇÕES PGJ

Não tenho qualquer dificuldade com isso, sendo necessárias alterações na Constituição Estadual (art. 123, p. 1º) e no art. 5º, p. 1º da nossa Lei 34/94, dentro do processo legislativo previsto.

Waldemar Antônio de Arimatéia

7

Na visão do candidato, qual será o maior desafio do próximo Procurador-Geral de Justiça?

Antônio Sérgio Tonet - Há grandes desafios, entre eles a retomada da sensibilidade da Administração Superior com matérias importantes dos órgãos de execução, perdido nos últimos 12 anos. E enfrentar a enorme burocratização e excesso de controle sobre os membros da Instituição, o que, praticamente, tem impedido a atuação resolutiva e pró-ativa na defesa das políticas públicas.

Gisela Portério Santos Saldanha - Há vários desafios para o próximo Procurador-Geral de Justiça, dentre eles destaque há que ser dado ao que reputo o maior, a integração dos membros através de tecnologia adequada de informação com respeito as identidades regionais para busca de resultados, matriz da valorização da atividade-fim.

Jarbas Soares Júnior - O maior desafio será reorganizar a Instituição para suas inúmeras missões constitucionais. Queremos integrar à PGJ os procuradores e promotores de Justiça, CAOs e coordenações para uma ação orgânica de combate à criminalidade e na defesa dos direitos fundamentais. A Instituição vem funcionando como várias ilhas, e não como um órgão. Na área administrativa, também pretendemos reorganizar a Instituição, para que o membro do MP se preocupe mais com a atividade-fim, ficando a cargo da PGJ a atividade meio.

Mauro Flávio - Gerir os recursos financeiros de forma a trazer eficiência administrativa para que essa seja voltada para a atividade-fim. O MP precisa valorizar o membro como seu maior patrimônio. A gestão dos recursos deve ser pautada essencialmente na melhoria das condições de trabalho dos membros.

Waldemar Antônio de Arimatéia - Manter nossas prerrogativas e direitos, para o que o Procurador-Geral de Justiça precisará contar com a compromisso de todos os procuradores e promotores de Justiça. Num outro flanco, executar o orçamento.

8

Mensagem à classe

Antônio Sérgio Tonet - Gostaria de agradecer aos colegas da capital e do interior a excepcional acolhida ao nosso projeto de renovação institucional. Depois de 12 anos, sinto que o momento é propício para oxigenação na administração do MPMG e de suas assessorias. Temos grandes desafios, como por exemplo, lutar para a defesa de nossas prerrogativas e autonomia, tanto no cenário estadual quanto nacional, para que a Instituição continue sendo referência na defesa dos direitos fundamentais do cidadão.

Gisela Portério Santos Saldanha - Vivemos a realidade de rápidas transformações, os desafios são enormes e a exigência de novos direitos coexiste com a efetivação de direitos primários. A tensão dessa complexidade exige olhar além da técnica, agir transformador, sonho realizador.

O MP é permeado por essas inquietações. Projetamos e fazemos pelo sonho de um mundo melhor.

O MP dos destinatários de seu agir, integrando sociedade plural, tem compromisso com seu tempo.

Acredito que homens e mulheres que constroem o MP querem uma Instituição aberta a possibilidades inovadoras. Essas as razões que justificam uma mulher PGJ.

Jarbas Soares Júnior - O destino me deu a oportunidade de integrar, na sua alvorada cívica, a Instituição Ministério Público, recém-saída da nova ordem constitucional. Pertencço à geração que teve a missão de tirar da letra fria da lei esse MP que, hoje, tanto orgulha o povo brasileiro. Acertamos, erramos, sobrevivemos. De promotor de Justiça a procurador-geral de Justiça, percorri todas as instâncias decisórias. Mas, foi na PGJ que pude oferecer a minha mais vigorosa contribuição para o desenvolvimento do MP. Depois de passar pelo CNMP,

posso ter a oportunidade honrosa de dirigi-la, novamente, para um novo salto histórico, com o mesmo ânimo, coletivamente. Preciso do apoio de cada um dos colegas, para tanto. Conto com vocês.

Mauro Flávio - Ao longo dos meus 28 anos de MP, dediquei-me de corpo e alma ao *parquet*. Conheci suas mazelas e capacitei-me para poder gerir o MP de forma eficiente. Minhas propostas foram construídas no dia a dia dos membros e são plenamente concretizáveis. Precisamos valorizar os membros, dar-lhes estrutura de trabalho, integrá-los nos processos decisórios e sermos transparentes. Somente assim teremos um Ministério Público mais forte para podermos corresponder aos anseios sociais e cumprirmos nossa missão constitucional.

Waldemar Antônio de Arimatéia - Estou certo que o nosso MP vai continuar sua trajetória em prol dos que vivem em Minas Gerais. O momento exige permanente trabalho voltado para evitar retrocessos institucionais e intransigente defesa dos direitos e das prerrogativas consagrados na Constituição Federal e na legislação orgânica. Propugno, como conjunto de aspirações comuns, o velamento harmônico dos princípios norteadores da Instituição, o constante aperfeiçoamento da estrutura material e técnica, a indispensável potencialização dos recursos, a inovação das estratégias administrativas e funcionais, a escuta qualificada das reivindicações dos integrantes da carreira, o encarecimento ao respeito mútuo da ideais divergentes, a preservação da dignidade, da simetria ou paridade remuneratória, além do avanço na quitação dos débitos laborais. Digo, por fim, que estarei atento para a travessia segura desses tempos difíceis.

Promotores e juízes fazem ato público contra projetos que ameaçam o funcionamento da Justiça

Com objetivo de alertar a sociedade e chamar a atenção para projetos que afetam a independência da Justiça e asfixiam órgãos públicos que sustentam a justiça e a democracia, membros do Ministério Público de Minas Gerais e magistrados realizaram, no dia 4 de outubro, Ato em Defesa do Sistema de Justiça em todo o Estado.

O Ato Público foi realizado conjuntamente pela Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) e pela Associação Mineira do Ministério Público (AMMP) em Belo Horizonte e nas seccionais da Amagis no interior. Na capital, magistrados e membros do MP se concentraram no hall de entrada do Fórum Lafayette.



Batiana Pinheiro

Em Minas Gerais, Enéias Xavier falou aos manifestantes no hall do Fórum Lafayette

Nacional

Em 5 de outubro, foi realizado o Dia Nacional da Mobilização e Protesto, em Brasília, com o mesmo objetivo. Os atos públicos foram convocados pela Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas). A Mobilização reuniu magistrados e membros do Ministério Público de diversas regiões do país na Câmara dos Deputados.

O ato nacional em comemoração aos 28 anos da Constituição Federal foi também momento de protesto contra as diversas iniciativas de retaliação das instituições fundamentais ao sistema

de Justiça. “Estamos aqui para resistir”, afirmou a presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), Norma Cavalcanti, que comemorou o aniversário da Constituição e destacou a Proposta de Emenda à Constituição 62/2015, que veda a vinculação remuneratória automática entre subsídios de agentes públicos. “Somos uma carreira única. Devemos permanecer unidos e em permanente assembleia para poder garantir nossas atribuições e garantias. Somos um bem do povo brasileiro para defender o Estado Democrático e a República. O Ministério Público continuará de pé para defender o país”, declarou.

Frentas

- Além da Conamp, a Frentas é constituída pelas:
- Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB)
- Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe)
- Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra)
- Associação Nacional do Ministério Público Militar (ANMPM)
- Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR)
- Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT)
- Associação dos Magistrados do Distrito Federal e Territórios (Amagis/DF)
- Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (AMPDFT).



Se você tem mais de 65 anos, JustVida tem um plano perfeito para você.

Quem tem mais de 65 anos tem necessidades diferentes de quem está começando a vida. Por isso existe JustVida Sênior. Ele é um seguro de vida exclusivo para quem é da área da Justiça e oferece vantagens que os outros seguros não tem. JustVida tem excelentes opções de capitais segurados, não requer exames prévios ou declarações de saúde e é muito simples de fazer: basta ligar para Siena Corretora de Seguros no telefone 0800 771 1231 e solicitar a visita de um consultor. Quer saber mais? Visite o Portal de Seguros da AMMP ou entre em contato com a Siena Corretora de Seguros.

Portal de Seguros da AMMP: www.sienaseguros.com.br/ampmpseg



Show de magia, piscina de bolinhas, cama elástica e tobogã inflável agitaram a festa das crianças

Mais uma edição da tradicional festa das crianças foi realizada pela AMMP na tarde do dia 22 de outubro, no parque esportivo, com mais de 200 participantes.

Além das delícias do buffet infantil, da mesa de guloseimas e

do sorvete italiano, a meninada se divertiu pra valer com show de magia, piscina de bolinhas, cama elástica, tobogã inflável, bolas aquáticas e tombo legal, além de oficina de artes, pintura facial e escultura de balões.





Dar mais visibilidade à causa e sensibilizar a sociedade pode mudar o cenário dos transplantes de órgãos no Brasil

Arquivo Pessoal



Artur Foster e sua mãe, que lhe doou um rim

As famílias têm que conversar abertamente sobre esse tabu porque, se aquele que veio a óbito já tiver manifestado seu desejo de doar os órgãos em alguma oportunidade, a família terá paz, serenidade e segurança em aquiescer com a doação e realizar o desejo do ente

O promotor de Justiça Artur Forster Giovannini, da 1ª Promotoria de Justiça de Três Pontas, viveu a dor de uma doença renal silenciosa, foi submetido a dolorosas e restritivas sessões de hemodiálise até que, depois da realização dos exames de compatibilidade entre seus familiares, sua mãe pôde lhe doar um rim. Em março de 2003, foi submetido ao transplante, a saúde lhe foi devolvida e ele viu aumentado exponencialmente em si o sentimento de gratidão às coisas mais simples da vida. Hoje, Artur é um incentivador da causa e lhe provocou grande alegria a parceria entre Associação Mineira do Ministério Público (AMMP) e o Hospital das Clínicas na promoção de uma caminhada em Belo Horizonte para estimular a doação de órgãos.

O senhor pode nos contar um pouco de sua expectativa e “luta” até conseguir o

rim para o transplante em 2003?

Eu tive uma doença silenciosa, provavelmente uma glomerulonefrite, que só foi descoberta em exames de rotina após detectarmos uma pressão alta e, depois, quando exames confirmaram a creatinina alta. Nessa época, ambos os rins estavam funcionando em cerca de 50% da sua capacidade, e foram perdendo, gradativa e constantemente, as suas funções. Meus familiares realizaram os exames de compatibilidade e minha mãe, dona Sandra, pôde doar. Me submeti às sessões de hemodiálise, que são muito mais doloridas e restritivas do que eu imaginava, mas, finalmente, em 18 de março de 2003, realizamos a cirurgia na Unicamp (Campinas-SP) e deu tudo certo! Minha mãe teve alta em cinco dias e está com excelente saúde; eu demorei 23 dias para voltar a pisar a grama e tomar água sem restrições, meus maiores desejos quando internado. Que falta nos fazem as coisas mais simples da vida quando as perdemos!

Como era sua vida antes e é hoje depois do transplante?

A vida na diálise era difícil, e a expectativa de receber um transplante gerou enorme ansiedade. Tudo tinha que dar certo! Hoje, estou plenamente saudável, firme e forte, trabalhando e vivendo com alegria, paz e muita gratidão. Faço exames e consultas a cada três meses. As principais medicações, que são os imunossuppressores, devem ser tomados pela vida toda. Noutro giro, o rim novo pode não durar a vida inteira, mas 10, 15, 25, 30 ou 35

anos, a depender dos medicamentos, da adaptação ao corpo e de inúmeros outros fatores. Logo, não há, ainda, uma “cura”, mas somente o “controle” da doença.

Antes de precisar do transplante, o senhor já percebia as dificuldades, falta de informações e preconceitos junto aos familiares?

Não houve preconceito, mas praticamente ninguém à minha volta possuía uma boa noção do que significava a falência dos rins. Eu mesmo não achava que seria tão complicado. O fundamental, nesse período, foi a força e o carinho de minha esposa Renata e de todos os meus familiares, que me carregaram nos momentos em que não pude caminhar.

Como o senhor acha que deve ser a abordagem dos familiares, no caso de doação em morte encefálica?

A verdade é que, no pior momento das vidas dos familiares (muitas vezes pais que perderam os filhos!), não há abordagem simples. A dificuldade de sensibilizar alguém que acabou de perder um ente querido é ato de extrema delicadeza e o tempo é um adversário, pois se o transplante não for feito em exíguo prazo, resta perdido. Assim, as famílias têm que conversar abertamente sobre esse tabu porque, se aquele que veio a óbito já tiver manifestado seu desejo de doar os órgãos em alguma oportunidade, a família terá paz, serenidade e segurança em aquiescer com a doação e realizar o desejo do ente. Hoje, cerca de metade das famílias negam a doação dos órgãos, sendo certo que, se todos doassem, não haveria mais fila no país inteiro. Que maravilha seria!

E como deve ser feita a “educação para o transplante” em nossa sociedade?

Estimular as pessoas a conversarem sobre o tema, mostrar a dor e a tristeza de quem espera na fila, bem como a segurança que existe no diagnóstico da morte cerebral.

Qual a importância da parceria da AMMP com o Hospital das Clínicas para dar visibilidade à causa?

A publicidade é essencial para solução do grave problema. À medida que a AMMP auxilia a propaganda do Hospital das Clínicas, a tendência é aumentarem as doações porque já haverá uma posição familiar sobre a doação. Toda a família deve estar sempre preparada para dizer o “sim” em absoluta paz.

Em sua avaliação conceitos e dogmas religiosos atrapalham a doação de órgãos?

A falta de informações e as ideias preconcebidas e deturpadas sobre a doação de órgãos são as maiores causas das negativas das doações. Os centros religiosos poderiam contribuir muito, pois que doar é um ato de puro amor ao próximo!

O senhor tem mais alguma consideração a fazer?

Nenhuma sociedade sobrevive sem a caridade. Discutam o assunto com seus amigos e familiares, debatam o tema e tirem as dúvidas de cada um. Tenho certeza que, se o tema for amplamente discutido nas famílias e na sociedade, sem tabus, raríssimos serão os casos de negativas de doações, pois, afinal, quem não deseja fazer o bem ao próximo? Enfim: “Doe Órgãos, Doe Vida!”

Transplantes caem 10,81% no Estado

Novocentos e trinta e dois transplantes foram realizados no primeiro semestre em Minas Gerais, contra os 1.045 do ano passado no mesmo período. No Estado, o processo de doação de órgãos até a destinação para transplantes é coordenada pelo MG Transplantes, composto por centros de notificação, captação e distribuição de órgãos na Região Metropolitana de Belo Horizonte, Zona da Mata, Sul, Oeste, Nordeste e Leste de Minas.

Segundo o diretor do MG Transplantes, Omar Lopes Cançado Jr., o que motivou essa queda de 10,81% foi o “aumento da taxa de recusa familiar por desconhecimento do diagnóstico da morte encefálica, que ainda é confundida com coma”, explicou ele à época.

As pessoas pensam erradamente que se pode voltar da morte encefálica. Daí a necessidade das campanhas de esclarecimento e sensibilização. Também não ocorre



◀ A caminhada, realizada em 24 de setembro, teve parceria da AMMP que doou 100 camisetas

mutilação do corpo, é preciso destacar. Os hospitais autorizados a retirar os órgãos recuperam a mesma aparência que o doador tinha antes da retirada do órgão.

No primeiro semestre, também o aumento de casos de dengue, zika e chikungunya, que são transmissíveis na doação de órgão, foi fator

que provocou a redução do número de doações.

No ano passado, foram realizados 2.185 transplantes, segundo a Fhemig. Em Minas, cerca de três mil pessoas esperam por um órgão. Os números do primeiro semestre são os últimos oficiais sobre doação de órgãos e transplantes no Estado.

932 transplantes foram realizados no primeiro semestre em Minas Gerais, contra os

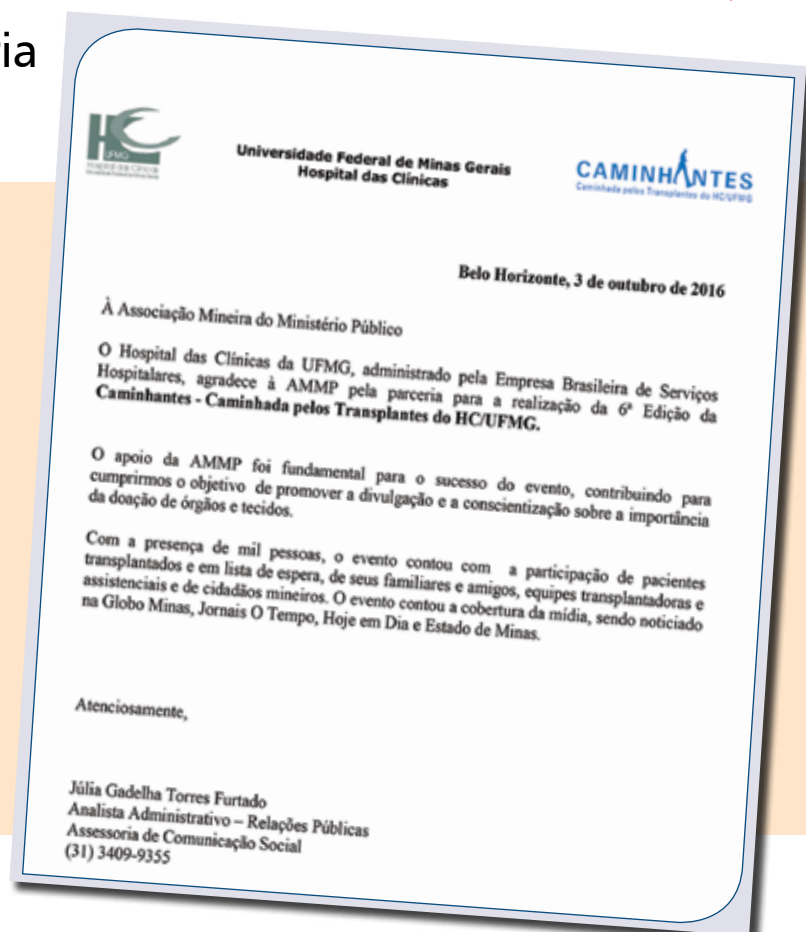
1.045 do ano passado no mesmo período

Como doar

Quem quiser ser um doador deve informar a seus familiares, já que, após a morte, eles é que vão decidir sobre a doação, seja ela de órgãos (rim, fígado, coração, pâncreas e pulmão) ou de tecidos (córnea, pele, ossos, válvulas cardíacas, cartilagem, medula óssea e sangue de cordão umbilical). A doação de órgãos como o rim, parte do fígado e da medula óssea pode ser feita entre vivos.

A doação de órgãos de pessoas falecidas é feita somente após a confirmação do diagnóstico de morte encefálica. De acordo com a Lei 9434/1997, todos os cuidados de reconstituição do corpo são obrigatórios, ficando o mesmo como antes, sem qualquer deformidade. Não há necessidade de sepultamentos especiais, podendo o doador ser velado e sepultado normalmente.

Parceria



Sérgio Soares, titular da cadeira 22 da Alemp, atuou no resgate da casa onde faleceu Augusto dos Anjos

O promotor de Justiça Sérgio Soares da Silveira, titular da 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Leopoldina, foi o responsável pela instauração de uma investigação, em 2007, que permitiu o resgate do imóvel onde

residiu e faleceu, em 1914, o renomado poeta paraibano Augusto dos Anjos. Atualmente, no local onde o poeta passou os seus últimos meses de vida, estão expostos objetos pessoais, fragmentos de cartas, fotos e jornais do início do século XX, além de objetos ligados à história de Leopoldina. O imóvel também possui sala para oficinas de poesia e pintura e um anfiteatro. O Espaço dos Anjos está localizado na Rua Barão de Cotegipe, 386,

no centro de Leopoldina.

O relacionamento de Sérgio com o mundo das letras, no entanto, não se resume às suas atividades profissionais. Autor de diversos poemas, ele é titular da cadeira número 22 da Academia de Letras do Ministério Público de Minas Gerais, cujo patrono é Antônio Augusto de Lima.

Natural de Barra Mansa/RJ, nascido em 21 de maio de 1973, Sérgio formou-se em Direito em 1996 pela Sociedade Barramansense de Ensino Superior (Sobeu), atual Universidade de Barra Mansa (UBM). Em 3 de junho de 2002 ingressou no Ministério Público do Estado de Minas Gerais como Promotor de Justiça, exercendo suas atividades, como titular, nas comarcas de Itambacuri, Caratinga e Leopoldina.

Conheça ao lado o poema "LARA", de autoria do promotor de Justiça Sérgio Soares:

LARA

Abrem-se as cortinas
Tem início o espetáculo
Seus olhos tão brilhantes
De doçura inigualável.

Qual o mar exuberante
O balançar de seus cachos
A criança, radiante
Embalada em meus braços.

Brilha o sol em seus cabelos
Fios de ouro, delicados
É tão linda, flor serena
O infinito em um abraço.

Das gerais surge um presente
Renovando-se o amparo
Forte povo, tão valente
Amor puro, amor nato.



O promotor e poeta Sérgio Soares

ESTANTE

CNMP e Anac lançam cartilha com orientações da aviação civil

A cartilha "Anac e CNMP: Demandas e Orientações sobre Aviação Civil" foi lançada pelo corregedor nacional do Ministério Público, Cláudio Portela, no dia 11 de outubro.

A cartilha é resultado de parceria entre o CNMP e a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) com vistas a orientar membros

do Ministério Público que atuam na proteção do interesse público, bem como na prestação de serviços aéreos.

Na ocasião, o corregedor Cláudio Portela destacou que a cartilha é uma orientação aos membros do Ministério Público no que se refere a demandas relacionadas à aviação civil.



AMMP-SAÚDE divulga novo convênio

No período de 21 de setembro a 20 de outubro, foi celebrado mais um convênio com o AMMP-Saúde em Ipatinga.

IPATINGA

■ **Centrocordis** – Centro de Diagnóstico Clínico e Cardiológico
Cardiologia e Cardiologia Pediátrica
Avenida Castelo Branco, 733 – Horto - Telefone (31) 3824-8133

CANCELAMENTO

Não houve cancelamento de serviços no período.



Jusprev tem a melhor rentabilidade do mercado

As sucessivas reformas que atingiram o setor previdenciário afetaram significativamente os direitos de trabalhadores dos setores público e privado. O atual cenário, caracterizado por um déficit progressivo das contas dos institutos de previdência da União e dos estados, já não garante que, mesmo aqueles que estão em vias de se aposentarem, receberão a integralidade de seus proventos. De outro lado, o aumento da expectativa de vida e dos custos essenciais à manutenção da qualidade de vida

após a aposentadoria, tornam obrigatório o planejamento previdenciário.

Nesta seção, conversamos com a consultora Carolina Dutra Pereira Bretz, responsável direta pelos planos de previdência e seguro da Jusprev, na região Sudeste. Graduada em Administração de Empresas pela PUC/Minas e com MBA em Gestão Comercial pela Fundação Getúlio Vargas, Carolina foi, por mais de dez anos, gerente de bancos privados e consultora de investimentos. Hoje, presta serviços à Jusprev.



Pedro Henrique

Quais os benefícios fiscais para quem faz planos de previdência?

De acordo com a legislação que regulamenta o imposto de renda, o contribuinte que contratar um plano previdenciário na modalidade PGDL terá direito a deduzir da base de cálculo do imposto de renda todo o valor pago para o instituto de previdência privada. Referida isenção vale para planos que não ultrapassem 12% da renda bruta anual do contribuinte.

Levando-se em conta que um membro do Ministério Público ou do Judiciário tenha uma renda bruta anual de cerca de R\$480 mil, a realização de um plano de previdência anual de 57,6 mil (12% de tal renda), faria com que este último valor não mais integrasse a base de cálculo do IR. Logo, sobre a quantia de R\$57,6 mil não mais incidiria o imposto de renda de 27,5%, o que, na prática acarretaria uma economia de R\$15.840,00 por ano em que a previdência é feita. Referida quantia (R\$15.840,00) será creditada como restituição de Imposto de Renda. Salienta-se o valor da restituição anual, se aplicado no mercado financeiro, propicia ainda novas receitas ao titular do plano.

Os planos previdenciários são aplicações de longo prazo. Quais as garantias que o participante terá de que o seu dinheiro será aplicado de forma responsável?

Ao contrário do que o participante geralmente pensa, a Jusprev e os demais planos previdenciários não são custodiantes dos valores

recebidos. O montante pago pelos participantes é alocado em Assets e bancos de grande porte. Não existe, dessa forma, a menor possibilidade de que tais valores sejam desviados para finalidade diversa. A título de exemplificação, poderíamos afirmar que, atualmente, os R\$133 milhões existentes no caixa da Jusprev estão alocados na BRAN - Asset pertencente ao Banco Bradesco e responsável pela gestão de R\$ 519 bilhões – e na Sulamérica, esta última responsável pela gestão de R\$ 38 bilhões.

A rentabilidade da Jusprev supera a dos seus concorrentes?

Inicialmente, importa ressaltar que a Jusprev tem a menor taxa de administração do mercado, 0,8% ao ano. Por outro lado, os planos comumente vendidos em instituições bancárias trabalham com taxas de 1,5 a 4%, para as quais nem sempre se dá a devida publicidade. Tal diferencial fez com que a Jusprev encerrasse o ano de 2015 com rentabilidade de 13,54%, valor significativamente superior à média do mercado. Neste ano, as perspectivas são positivas, na medida em que, até o mês de setembro, as aplicações feitas na Jusprev renderam 10,35%.

Cumpra ainda salientar que, já em novembro de 2016, a Jusprev isentará todos os seus participantes de pagamento de taxa de carregamento, o que faz com que as perspectivas de rentabilidade sejam ainda mais animadoras para o ano de 2017.

Carolina Dutra

É possível efetuar a portabilidade do capital existente em outros planos de previdência para a Jusprev?

Sim, todos aqueles que possuem previdência complementar podem efetuar a portabilidade do capital aplicado em outras instituições para a JUSPRV. Tal operação é totalmente isenta de impostos e taxas e preserva a data de ingresso no plano para fins tributários.

De que forma o interessado em planos previdenciários poderá analisar a conveniência de contratação de um novo plano ou mesmo da portabilidade de um plano existente?

A Jusprev presta serviços de consultoria para análise da viabilidade e conveniência de realização de planos previdenciários. Tal serviço engloba a realização de simulações de investimento, comparando-se aplicações feitas na Jusprev com aplicações feitas em outros planos previdenciários ou mesmo em outras aplicações financeiras que não oferecem os mesmos benefícios tributários.

O contribuinte que contratar um plano previdenciário na modalidade PGDL terá direito a deduzir da base de cálculo do imposto de renda todo o valor pago para o instituto de previdência privada

Os interessados poderão entrar em contato com Carolina pelo telefone (31) 98237-8484 ou pelo e-mail carolinaconsultoria@jusprev.org.br.



PERFIL / MARCOS PAULO DE SOUZA MIRANDA*

A presença nos grandes temas do Estado, a exemplo do recente Projeto de Lei “Mar de Lama Nunca Mais” é prova de que a Associação tem um compromisso para além de questões internas

Quem é Marcos Paulo?

Marcos Paulo de Souza Miranda, nascido em Andrelândia,

Sul de Minas Gerais, em 15 de março de 1974. Casado com Ana Cristina Catão Alves Miranda. Pai de Maria Fernanda e Ana Carolina.

Quando ingressou na instituição? Onde estudou e trabalhou antes do MP?

Ingressei no MPMG em fevereiro de 2001. Formei-me em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Vianna Júnior, em Juiz de Fora, em 1998. Antes de ingressar no Ministério Público como promotor, fui escrevente de Cartório de Notas e, posteriormente, estagiário da 6ª Promotoria de Justiça de Juiz de Fora por dois anos. Fui aprovado em concurso para Procurador da Câmara Municipal de Juiz de Fora em 1999, cargo que ocupei até janeiro de 2001.

Trabalha onde hoje? Quando entrou no MP, foi para onde? Se no interior, como foi sua adaptação, os primeiros tempos na nova cidade?

Ocupo a função de coordenador da Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais, com sede em Belo Horizonte. Minha primeira Comarca foi São João Evangelista, onde fiquei até 2003. Foi um grande aprendizado. Muitos júris, enfrentamento à criminalidade violenta e atuação, sobretudo, na área da infância e juventude. Depois fui para Piranga, onde fiquei até 2005 e pude atuar com maior dedicação à preservação do meio ambiente e patrimônio cultural, entre outras áreas. Como sou de uma cidade pequena do interior, a adaptação não foi difícil. Tenho bons amigos por onde passei.

O senhor tem um trabalho diferenciado e reconhecido nacionalmente na recuperação de peças do patrimônio cultural. Pode nos contar um pouco desse trabalho: as dificuldades, as parcerias, o sucesso?

Como Minas já perdeu 60% de seu patrimônio sacro para colecionadores e antiquários, esse é um dos maiores problemas que enfrentamos. Trata-se de uma criminalidade organizada, de colarinho branco, em que, não raras vezes, chegamos a grandes figuras nacionais como adquirentes finais do produto do ilícito. Levei anos para compreender a dinâmica, identificar as falhas e definir a estratégia de atuação nessa área. Felizmente já recuperamos mais de 500 peças sacras subtraídas, mas isso só foi possível em razão da parceria que estabelecemos com as polícias, órgãos de proteção, arquidioceses e de um software que desenvolvemos para a busca e identificação dos bens desaparecidos. Já temos bons resultados, mas ainda estamos longe do sucesso.

Sabemos também da sua produção como pesquisador. Como é esse seu trabalho?

Todo promotor de Justiça é um pesquisador por natureza, já que temos que investigar os fatos para formar nossa opinião sobre eles. Em razão de minha formação familiar (tive duas tias professoras de História e que marcaram minha aprendizagem), sou um apaixonado pelas descobertas sobre fatos pretéritos. Desenvolvo pesquisas nas áreas de genealogia, história, arqueologia e espeleologia desde a adolescência. Meus dois temas preferidos atualmente são: Aleijadinho e Inconfidência Mineira. Frequento com regularidade as reuniões, de final de semana, do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, do qual sou membro, e, durante os períodos de descanso, dedico-me aos arquivos e bibliotecas. Cecília Meireles dizia da atração quase sobrenatural de tais temas e da obrigação de pesquisá-los, quando produziu o seu fantástico Romanceiro da Inconfidência. Como biógrafo dos inconfidentes, confesso que situação semelhante me assola, apesar da distância abissal que me separa da imortal poetisa.

E a literatura, como entrou em sua vida? Seu trabalho na Academia de Letras do MP mineiro, a única do gênero no Brasil?

Os livros são a minha maior paixão. Leio todos os dias, sem exceção, e tenho uma boa biblioteca. Aprendi isso ainda criança, com meu pai, que sempre me ensinou: “quem lê, sabe mais”. Escrevi meu primeiro livro em 1997 e hoje são mais de dez, nas áreas de Direito e História. Tenho muito orgulho de ter sido convidado para a fundação e para assumir um dos cargos da diretoria da Academia de Letras do Ministério Público de Minas Gerais. Aprendo muito com todos os colegas acadêmicos, em especial com o presidente Luis Carlos Abritta, que é uma pessoa fantástica.

Algum outro hobby, dr. Marcos? Se tem, como o concilia a pesquisa, a literatura e mais ele com seu trabalho ministerial?

Gosto muito de caminhadas pelas serras de Minas e de fazer trilhas com veículo 4x4. Nosso Estado é fantástico e é muito legal garimpar e descobrir seus tesouros. Quanto à produção profissional e acadêmica simultânea, meus amigos mais próximos me chamam de workaholic. Não vejo nada de pejorativo no comentário, pois sou adepto do pensamento do Cura D’Ars: “É necessário trabalhar neste mundo, é necessário combater. Teremos toda a eternidade para descansar.” Particularmente, vivo intensamente cada dia, como se fosse o último. É o famoso “carpe diem” do filme Sociedade dos Poetas Mortos, que marcou minha geração, e que remonta a Horácio (65 a.C.-8 a.C.). *Carpe diem, quam minimum credula postero* = Colha o dia de hoje e confie o mínimo possível no amanhã.

O que acha de sua vida profissional? Seu trabalho o realiza?

Adoro ser promotor de Justiça. Desde os tempos da faculdade esse era o meu sonho. Não pretendo absolutamente nada além disso. Ser promotor me basta. Sempre me empenhei em cumprir minha missão e

espero desempenhá-la com fé e dedicação até o último dia.

Qual é sua visão institucional antes e depois de ingressar na carreira?

Minha visão sempre foi de que o Ministério Público é uma instituição essencial à sobrevivência hígida da República brasileira, e do alcance de seus objetivos. Depois do ingresso na carreira, minha visão não mudou. Mas como partícipe da instituição ministerial, passei a perceber que tão importante quanto ter a convicção de que precisamos interagir com os demais Poderes afim de alcançarmos nossos objetivos, sem presunção de sermos melhores, é igualmente necessário demonstrar que a eles não somos submissos. O equilíbrio da atuação é o grande desafio.

Quais experiências e/ou expectativas o senhor tem para compartilhar com a classe?

Penso que precisamos superar a visão de que a atuação resolutiva do Ministério Público é inconciliável com a chamada demandista, como se tivéssemos dois tipos de promotores de Justiça com formas de agir inconciliáveis. Em verdade, depois dos longos anos de carreira, entendo que a solução resolutiva é sempre preferível. Mas medidas duras na esfera judicial, em âmbito cível e criminal, devem ser sempre adotadas, quando necessárias. A forma de atuação do Ministério Público deve ser eclética, definindo-se os instrumentos de acordo com o cenário em que o promotor se encontra.

Utiliza algum serviço, convênio, festa, congresso ou imóvel da AMMP?

Sim, já estive hospedado em imóvel da AMMP com a família, participei de diversos congressos e cursos, a exemplo do recente e excelente curso sobre o novo CPC, além de utilizar frequentemente convênios nas áreas de saúde e turismo, sobretudo.

O que espera desta diretoria da AMMP? Em sua opinião, qual é a importância da AMMP para os membros do Ministério Público estadual?

Tenho ótima impressão sobre a atual diretoria da AMMP, que tem se demonstrado moderna e inovadora. A AMMP desempenha papel de indiscutível relevância para os associados, para a classe e para o Ministério Público. A presença nos grandes temas do Estado, a exemplo do recente Projeto de Lei “Mar de Lama Nunca Mais” é prova de que a Associação tem um compromisso para além de questões internas. Também vejo com muito bons olhos as ações sociais encabezadas em prol de instituições de caridade ou de utilidade pública. Nós, promotores, fazemos parte de uma classe diferenciada. Precisamos compartilhar com os menos favorecidos aquilo que nos foi proporcionado. Isso humaniza a AMMP e seus associados.

Discurso do medo ameaça direitos fundamentais

O avanço das garantias fundamentais é o principal marco da humanidade para as suas conquistas civilizatórias.

Sou daqueles que pensam que o mundo melhora exatamente pelo avanço, mesmo que lento e pequeno, no respeito aos valores que compõem a dignidade da pessoa. Números e fatos não faltam para demonstrar o alargamento do acesso a bens e respeito aos direitos, principalmente no Brasil das últimas décadas. As misérias e violências presentes não podem justificar retrocessos dos direitos fundamentais no Brasil e no mundo.

Está em voga na atualidade o discurso do medo, disseminado pela mensagem panfletária de que a defesa dos direitos humanos se confunde com a 'proteção de bandidos', esquecendo-se dos 'direitos humanos da vítima', que instiga um estado de desespero da sociedade. O fato é que quanto mais ameaçador se pinta o futuro, mais fácil se torna vender a ideia da ordem, da rigidez, da segurança, da polícia. É nesse contexto de crise de valores que emerge o palco ideal para se difundir as ideias de ruptura dos pactos básicos dos direitos conquistados a duras penas pelos povos e nações.

Essa concepção de ordem pública que explora o medo é um fenômeno da atualidade verificado para além de nossas fronteiras. Nos EUA, Donald Trump é o exemplo clássico de tal discurso que, de candidato caricato passou a ter chances reais, com ideias de exclusão por muros num país cujas garantias já se encontram debilitadas, como é o caso do devido processo legal (fragilização do princípio da inocência), da territorialidade (extraterritorialidade da jurisdição), da prática de tortura como procedimento de investigação e da violação da privacidade. Tal fenômeno se manifesta também pela saída da Inglaterra da União Europeia e na rejeição do acordo de paz na Colômbia.

O Ministério Público brasileiro tem por pilar básico de sua estrutura a defesa dos direitos fundamentais e dessa rota não se pode desviar pois é o guardião do regime democrático e dos valores da cidadania, marco que faz inserir a Instituição nos movimentos políticos e sociais vividos nesses momentos de crise. Exercemos o protagonismo manifestando sobre os mais variados temas de interesse social, valendo lembrar as ações no combate à corrupção, aquelas destinadas à preservação das prerrogativas investigatórias e mais recentemente contra a PEC 241, sustentando que a mesma ataca direitos sociais fundamentais (<http://jornalgn.com.br/noticia/pec-241-ataca-direitos-sociais-fundamentais-dizem-membros-do-ministerio-publico> e parecer da PGR). Tais posicionamentos fazem parte do debate público, têm angariado adesão e simpatia de amplo setor social – a derrota da EC 37 é o exemplo maior – mas por isso mesmo deve estar

sujeitos ao argumento isento do discurso populista do medo e da vontade de vingança. Por isso ora retiro dois exemplos recentes importantes para essa meditação.

O primeiro, está contido nas propostas contra a corrupção levadas às instâncias próprias pelo Ministério Público. Mesmo que oportunas e meritórias, não devem se desviar do princípio maior da defesa do regime democrático que permeia toda a atividade ministerial. Por isso, há que se submetê-las à crítica que aponta retrocesso na questão da fragilização da repulsa à prova ilícita, contida na disposição para alteração do § 2º do artigo 157 do Código de Processo Penal para excluir a ilicitude da prova quando usada pela acusação com o propósito de refutar álibi. A matéria constante da proposta número sete permitiria o aproveitamento das provas ilícitas conquanto efetivadas de boa-fé ou amparadas por decisão judicial. Há que se aprofundar o debate pois vejo na proposta risco de ofensa a garantias fundamentais, pois me parece no mínimo temerário sequer permitir-se a avaliação de presença ou ausência de boa-fé em condutas que instrumentalizam a produção de provas, tais como a invasão de domicílio, o ataque à privacidade, e até quem sabe o uso da tortura como meio de prova, desde que realizada de boa-fé, por absurdo que pareça tal exemplo. A possibilidade de restrição de garantias contida na proposição no mínimo lhe dá a relevância para que a mesma seja apreciada de forma independente do discurso salvador da pátria que verte soluções miraculosas para 'pôr fim à bagunça'.

A outra questão pode ser conferida na página do MPMG (<http://www.mpmg.mp.br/comunicacao/noticias/direito-penal-do-inimigo-foi-tema-do-segunda-feira-as-18h.htm#V-QSC2fH-M8>) de 21 de setembro de 2016:

“A terceira, se refere às situações em que é preferível evitar que o crime aconteça a manter a dignidade da pessoa do acusado, como nos casos de terrorismo. Rogério expôs uma situação para fazer com que o público refletisse sobre a questão. Um suspeito de terrorismo é preso e um atentado está em curso, com a possibilidade de que mais de 3 mil pessoas morram. O estado poderia torturá-lo a fim de evitar a explosão da bomba? Para que a tortura acontecesse oficialmente, Grecco lembrou de forma bem humorada que deveria haver o cargo público de torturador, e que seria necessário que se realizasse um concurso para a função, inclusive, com prova prática.”

O segmento acima refere-se às velocidades do direito penal e não quer dizer que o autor da palestra está a defender a tortura,



Arquivo Pessoal

A possibilidade de restrição de garantias contida na proposição no mínimo lhe dá a relevância para que a mesma seja apreciada de forma independente do discurso salvador da pátria que verte soluções miraculosas para 'pôr fim à bagunça'

ao contrário, penalista brilhante e afiado nas ideias progressistas. Todavia, há embutido no texto divulgado pela comunicação social da PGJ certa justificativa que pode levar o desavisado ao discurso populista, que se torna cada vez mais palatável, com o risco de legitimar a exceção que, além de desnecessária e repugnante, pode conduzir à regra por meio da institucionalização.

A criminologia e técnicas investigativas cada vez mais apuradas já seriam motivos suficientes para desdizer os argumentos em favor de provas hoje ilícitas, quanto mais daquela obtida pela tortura, este sim o mais abominável dos crimes, morte em vida, submissão do corpo, escravidão da alma, indevida aos piores criminosos, fruto da ira, da inveja, da vingança e outros dos piores sentimentos humanos. Mas o problema maior é o risco real de se reverter ou excepcionar direitos humanos ainda em fase de sedimentação no Brasil, permitindo a naturalização da violência contra os criminosos ou “suspeitos por estereótipo: os escravos, depois os afro-brasileiros, os favelados e moradores da periferia são sempre suspeitos e, em diligências policiais investigatórias, reprimidos fisicamente. Para Caldeira (1991), a manutenção de privilégios e de uma ordem excludente é a força motora de seus defensores”, conforme sustenta José Adércio Leite Sampaio no seu Direitos Fundamentais- Del Rey, 2004, pg. 37.

O discurso dos direitos humanos enquanto guardião de criminosos não pode prosperar sob pena de se estimular a delinquência do Estado sem a redução da delinquência penal. A impureza da vida contamina o processo penal, de forma que mesmo na presença de contradições e injustiças pontuais que levem a absolvições indevidas (e contra elas devemos lutar), há que se abominar qualquer justificativa que afaste as garantias pela própria indignidade nela contida. A superação das angústias e incertezas vividas pelo direito e processo penal - que têm se demonstrado de pouca eficácia no combate à criminalidade - só tem um caminho: o respeito ao pacto social de 1988, que assegura o progresso social e econômico das classes populares dentro da sociedade de mercado.

■ PROCURADOR DE JUSTIÇA
COORDENADOR DO PROCON-MG



Zwetkoff é o campeão da Copa AMMP de Kart

FOTOS: FELIPE JAVARE



▲ A bandeirada que deu a Zwetkoff o título



▶ Gustavo Zwetkoff, Igor Peixoto, Odélio Júnior, André Tonidantel e André Santana



▶ Equipe AMMP de Kart

Gustavo Zwetkoff concluiu a prova em primeiro lugar, com 12.955 segundos de vantagem sobre Igor Peixoto, segundo colocado, 13.667 segundos sobre o terceiro colocado, Odélio Júnior. André Tonidantel e André Santana fecharam a lista dos cinco primeiros na 5ª Copa de Kart, realizada no dia 9 de outubro no Kartódromo RBC Racing, em Vespasiano, palco escolhido para mais essa disputa.

Os pilotos foram divididos em duas baterias. A disputa por posição foi constante. Cada centímetro da pista, que tem mais de um quilômetro de extensão, era usado para melhor tangência nas curvas. Nas retas, pé no acelerador. Ninguém queria ficar para trás.

Foram duas baterias classificatórias. Os dez primeiros de cada bateria, disputaram a final. Pilotos definidos, grid formado, é hora de largar. Na final, a disputa foi acirrada. Curva a curva. Em quase vinte minutos de prova, os pilotos cruzaram a linha de chegada.

A 5ª Copa de Kart foi mais um dos vários eventos realizados pela AMMP. Quem quiser pode participar das várias modalidades oferecidas. Tênis, futebol, sinuca, corrida de rua, entre outras. Acompanhe o calendário de eventos pelo Facebook (Esportes AMMP), no site (equipeammp.blogspot.com), enviando um e-mail para esportes@ammp.org.br ou ainda pelo telefone (31) 2105-4872.

CORREÇÃO

O campeão do Torneio de Tênis, realizado em setembro passado em Belo Horizonte, é Fabrício Ferragini e não Gilberto Ferragini, como saiu publicado.

FELIPE JAVARE



▶ Fabiano Mendes (E) diretor de Esportes, e o campeão de tênis Fabrício Ferragini

AMMP promove torneios de futebol e poker em São Francisco de Paula

A Associação Mineira do Ministério Público (AMMP) promove, nos dias 18, 19 e 20 de novembro, no Parque Hotel Pimonte, em São Francisco de Paula, o VII Torneio Estadual de Futebol Society e 1º Torneio de Poker. As inscrições devem ser feitas na academia da AMMP, pelo e-mail

esportes@ammp.org.br ou pelo telefone (31) 2105-4872. No ato da inscrição, será necessário informar nome completo, comarca, telefones de contato e e-mail.

Além dos torneios de futebol e poker, haverá chope gratuito para os participantes durante todo o final de semana e participação

da Banda Nostradamus, mais as atrações oferecidas pelo hotel para animar a turma.

Toda a estrutura da AMMP estará disponível aos participantes, com o acompanhamento dos professores de educação física, treinadores de futebol, massagistas e equipe de apoio.

Futebol feminino

A diretoria de Esportes espera a participação de promotoras de Justiça e dependentes para formar times femininos de futebol.

São Francisco de Paula fica no Centro-Oeste mineiro e tem, segundo o IBGE 2016, 6.483 habitantes.

PROGRAMAÇÃO

18/11/16 (sexta-feira)
Boas-vindas

O check in poderá ser efetuado a partir das 9 horas, mas os apartamentos somente serão disponibilizados às 14 horas.

Atividades esportivas e uso da estrutura do hotel

19h às 22h – jantar Restaurante Positano

19/11/16 (sábado)

8h às 10h – café da manhã

Torneio de Futebol AMMP

12h às 15h – almoço
Atividades recreativas

Torneio de Poker

21 horas

- show da Banda Nostradamus no bar panorâmico

Obs: O coquetel e o jantar serão servidos no próprio bar panorâmico. Quem preferir o jantar mais cedo, terá essa opção.

20/11/16 (domingo)

8h às 10h – café da manhã colonial

Atividades recreativas
Tarde livre